**EDITAL 04/2022**

**II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

O **DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o **I PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, resolve:

Art. 1º- **DIVULGAR o GABARITO DEFINITIVO** do **II PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**, conforme **ANEXO I** do edital.

Art. 2º - **DIVULGAR** os **RECURSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS**, conforme **ANEXO II** do presente edital.

Art. 3º - **DIVULGAR** o espelho da prova dissertativa, conforme **ANEXO III** do presente edital.

Art. 4º - **DIVULGAR** o **RESULTADO PRELIMINAR** da prova dissertativa, conforme listas anexas.

Art. 5º - **INFORMAR** que os recursos em face do **RESULTADO DA PROVA DISSERTATIVA** deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 30/05/2022 e 31/05/2022, unicamente através do formulário acessível no endereço [**https://forms.gle/2YckVLofcdSo1YRYA**](https://forms.gle/2YckVLofcdSo1YRYA), conforme Edital de Abertura.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

Art. 6º - O presente Edital será PUBLICADO no site da DPE/MA.

São Luís, 30 de maio de 2022.

**ALBERTO PESSOA BASTOS**

Defensor Público-Geral do Estado do Maranhão

**ANEXO I**

| **Prova - Direito (Graduação)** |
| --- |

| 1 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Sobre Direito do Consumidor, analise os itens a seguir:1. A operadora do plano de saúde tem o dever de custear as despesas de acompanhante de paciente idoso em caso de internação hospitalar.
2. A recusa à cobertura médica somente enseja a reparação a título de dano moral caso reste comprovado pelo segurado o agravamento da condição de saúde.
3. É abusiva a negativa de custeio, pela operadora do plano de saúde, em casos de tratamento de fertilização in vitro, ainda que não exista previsão

contratual expressa. |
|  | 1 | Somente os itens I e III estão corretos. |
| + | 2 | Somente o item I está correto. |
|  | 3 | Todos os itens estão corretos. |
|  | 4 | Somente o item II está correto. |

| 2 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | É possível afirmar que a norma infraconstitucional anterior à Constituição vigente e com ela materialmente compatível: |
|  | 1 | De acordo com o princípio do tempus regit actum, será recepcionada pela constituição mas com eficácia contida, como foi o caso doCódigo Tributário Nacional. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2 | Não será recepcionada pela constituição atual e deve ser declarada inconstitucional. |
| + | 3 | Será considerada constitucional e deve ser considerada recepcionada pela nova ordem, independentemente de compatibilidade formalcom a Constituição vigente. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 4 | Será recepcionada pelo novo texto constitucional e será plenamente eficaz, independentemente de compatibilidade formal com aConstituição anterior, tendo em vista a possibilidade de “constitucionalidade superveniente” admitida no direito brasileiro. |
|  |  |  |  |  |  |

| 3 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Wesley foi acusado de ter praticado o crime de roubo em razão de ter subtraído mediante ameaça com o uso de uma arma de brinquedo o celular da vítima Catarina. Na Delegacia, o policial condutor da prisão apresentou a foto de Wesley registrada em seu celular para a vítima, a qual confirmou prontamente ter sido ele o autor do crime. Wesley nega a autoria do crime, afirmando estar trabalhando em outra localidade no momento dos fatos.Considerando a situação apresentada e a jurisprudência dominante, aponte qual o enunciado correto. |
|  | 1 | No crime de roubo, a intimidação feita com arma de brinquedo autoriza o aumento da pena. |
|  | 2 | O crime em comento deve ser desclassificado para furto, uma vez que a ameaça perpetrada com uso de arma de brinquedo não pode serconsiderada ‘grave ameaça’, elementar do ilícito do art. 157. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 3 | O reconhecimento de pessoa, presencialmente ou por fotografia, realizado na fase do inquérito policial, apenas é apto, para identificar o réu e fixar a autoria delitiva, quando observadas as formalidades previstas no art. 226 do Código de Processo Penal e quando corroboradopor outras provas colhidas na fase judicial, sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 4 | Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada aolado de outras sem qualquer critério de preferência, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la. |
|  |  |  |  |  |  |

| 4 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Mário, argentino, e Mariana, brasileira, procuram a Defensoria Pública e informam que desejam se divorciar. Casados em regime de comunhão de bens,não possuem filhos e juntos adquiriram um apartamento localizado em São Luís/MA e uma moto. A orientação jurídica a ser prestada no caso deve ser: |
|  | 1 | É competente o foro para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável nodomicílio da mulher. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2 | Nenhuma das assertivas anteriores. |
|  | 3 | Para que haja a homologação do divórcio ou separação consensual, deverá igualmente haver acordo sobre a partilha de bens, pois, casocontrário, a ação de divórcio deverá ser judicializada. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 4 | Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, em divórcio, proceder à partilha de bens situados no Brasil,ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional. |
|  |  |  |  |  |  |

| 5 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | No que concerne à tutela provisória e ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta. |
| + | 1 | A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas. |
|  | 2 | Conforme a jurisprudência do STJ e a legislação pertinente, mandado de segurança pode ser impetrado contra ato de gestão comercialpraticado por administrador de empresa pública. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 3 | É vedado ao juiz conceder tutela provisória de urgência contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. |
|  | 4 | A teoria da encampação não pode ser aplicada no âmbito do mandado de segurança quando presentes, ainda que exista manifestação arespeito do mérito nas informações prestadas. |
|  |  |  |  |  |  |

| 6 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |

| O princípio da independência funcional assegura que os membros da Defensoria Pública: |
| --- |
|  | 1 | devem observar obrigatoriamente a Constituição Federal, inexistindo obrigatoriedade de observância das leis ordinárias e decretos em suaatuação; |
|  |
| + | 2 | são livres para o exercício de suas funções, não estando sujeitos a interferências de quaisquer órgãos internos ou externos. |
|  | 3 | podem propor a criação e extinção dos seus cargos; |
|  | 4 | podem atuar de acordo com sua livre consciência, não devendo ser responsabilizados pelo exercício irregular de suas funções; |

| 7 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | O núcleo de Defesa do Consumidor da DPE/MA recebeu a denúncia que uma empresa local veiculou publicidade enganosa que continha informação parcialmente falsa, causando com isso danos a centenas de consumidores que adquiriram o produto objeto da referida publicidade. Acerca da situaçãohipotética narrada e à luz da jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa correta: |
|  | 1 | O caso narrado está relacionado à violação de direitos individuais homogêneos, que se caracterizam pela transindividualidade,indivisibilidade e indeterminação de titularidade. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 2 | A Defensoria Pública detém legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública para a tutela de direitos individuais homogêneos por serinstituição essencial à função jurisdicional e ao acesso à justiça. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 3 | A competência para ajuizar ação civil pública na defesa de direitos individuais homogêneos é exclusiva do Ministério Público, devendo adenúncia ser encaminhada à promotoria competente. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 4 | A Defensoria Pública tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, desde que osatingidos sejam carentes de recursos econômicos. |
|  |  |  |  |  |  |

| 8 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Sobre a classificação das constituições, é correto afirmar que: |
|  | 1 | Para o alemão Carl Schmitt , "Constituição" seria a somatória dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade, enquanto reflexo doembate das forças econômicas, sociais, políticas e religiosas de um Estado. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2 | Peter Häberle define "Constituição" como sendo uma decisão política fundamental, cuja finalidade precípua é organizar e estruturar oselementos essenciais do Estado. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 3 | Karl Loewenstein classifica as Constituições, quanto à essência, em Normativas, Nominais e Semânticas. |
|  | 4 | Ferdinand Lassalle define a Constituição como norma positiva suprema, dentro de um sistema escalonado e hierarquizado de normas, emque aquela serve de fundamento de validade para todas as demais. |
|  |  |  |  |  |  |

| 9 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Manuela (10 anos) brincava de bola na área comum do condomínio edilício onde mora com seus pais, Andreia e Victor, quando o objeto atingiu a janelado salão de festas, danificando o vidro. De acordo com o Código Civil, assinale a única assertiva falsa: |
|  | 1 | Caberá reparação civil pelos danos causados por Manuela ao condomínio edilício. |
|  | 2 | A indenização a ser paga medir-se-á pela extensão do dano. |
|  | 3 | Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização. |
| + | 4 | Os prejuízos causados devem ser ressarcidos por Manuela, ainda que estivesse sob a autoridade e em companhia de Andreia e Victor. |

| 10 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Em razão de supostas denúncias anônimas que relatavam a ocorrência de tráfico na residência de Rosa, os policiais realizaram busca no imóvel tendo encontrado no quintal uma muda de maconha. De acordo com os depoimentos dos policiais, a entrada no domicílio teria sido autorizada por Rosa. Esta, por sua vez, afirma que estava dormindo no momento da entrada dos agentes. À luz do entendimento dos tribunais superiores sobre o tema, indique aafirmativa incorreta. |
|  | 1 | O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral (Tema 280), que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo – a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno – quando amparado em fundadas razões, devidamentejustificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2 | A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser feita com declaração assinada pela pessoa que autorizou o ingresso domiciliar, indicando-se, sempre que possível,testemunhas do ato. Em todo caso, a operação deve ser registrada em áudio-vídeo e preservada tal prova enquanto durar o processo. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 3 | O art. 5º, XI, da Constituição Federal consagrou o direito fundamental à inviolabilidade do domicílio, ao dispor que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou paraprestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 4 | O tráfico ilícito de entorpecentes, por ser classificado como crime de natureza permanente, autoriza a entrada sem mandado no domicílio. |

| 11 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Jonathan, 17 anos de idade, foi apreendido levando consigo, em sua mochila, 10 ‘buchas’ de maconha. Sobre a situação narrada, marque a alternativacorreta. |
|  | 1 | O ato infracional praticado por Jonathan é considerado hediondo, portanto, caso julgada procedente a ação, deverá iniciar o cumprimentoda medida em regime fechado. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2 | Considerando a gravidade da infração praticada, Jonathan poderá ser submetido a medida de internação. |
| + | 3 | A medida eventualmente aplicada a Jonathan levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. |
|  | 4 | Jonathan deverá ser submetido à audiência de custódia em até 24h da data da sua apreensão. |

| 12 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Jorge, após assistir a entrevista de uma Defensora Pública sobre direito do consumidor, procurou a Defensoria para relatar o que segue: ao tentar matricular seu filho, Pablo, criança autista, em determinada escola privada de São Luís, a diretora informou que não havia professores especializadospara acompanhá-lo durante as aulas. Desta forma, o pedido de matrícula foi negado. No caso hipotético, a orientação adequada é: |
|  | 1 | É dever exclusivamente do Estado oferecer atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, de modo que não háobrigação da instituição privada aceitar a matrícula de Pablo. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2 | A escola privada não deve recusar a matrícula de Pablo pela ausência de professor/a capacitado, pois é responsabilidade dos paisgarantir e custear o acompanhamento da criança por profissional da área. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 3 | Por se tratar de escola privada, o gestor possui liberdade para recusar a matrícula de qualquer interessado, levando em consideração osinteresses do estabelecimento. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 4 | As escolas privadas têm a obrigatoriedade de ofertar atendimento educacional adequado e inclusivo a?s pessoas com deficie?ncia, nãodevendo recusar a matrícula de Pablo por ser autista. |
|  |  |  |  |  |  |



| 13 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a assertiva correta: |
|  | 1 | Com exceção da contravenção penal de vias de fato, as demais são perseguidas mediante ação penal pública incondicionada. |
|  | 2 | Nos crimes contra os idosos não se admite a aplicação da Lei 9.099/95. |
| + | 3 | A prisão simples jamais será cumprida em regime fechado, nem mesmo por meio da regressão. |
|  | 4 | O crime de injúria racial, por não ser racismo, não é imprescritível. |

| 14 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Maria possui dois filhos com José. Pedro com dois anos e Samir com dezoito anos. Nenhuma das crianças possui o nome do pai no registro. Realizada sessão de conciliação na Defensoria Pública, José reconheceu apenas Pedro, tendo sido fixado alimentos em favor do infante no percentual de 15% (quinze por cento) do salário mínimo. Em relação a Samir, José solicitou a realização de exame de DNA. Sobre a situação mencionada, assinale aalternativa incorreta. |
|  | 1 | Considerando a ausência de reconhecimento espontâneo em relação a Samir, pode ser ajuizada Ação de Reconhecimento dePaternidade em desfavor de José. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 2 | Os alimentos acordados em relação a Pedro somente poderão ser cobrados após a homologação do acordo pelo juízo competente. |
|  | 3 | O reconhecimento espontâneo de paternidade realizado por José em relação a Pedro pode ser imediatamente encaminhado ao cartóriopara que sejam realizadas as averbações necessárias. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 4 | Na ação de Reconhecimento de Paternidade, Samir será a parte autora, uma vez já ter atingido a maioridade. |

| 15 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Jéssica, sem registros criminais anteriores, foi presa em flagrante em razão de ter subtraído duas cartelas de ovo do Supermercado Compre Bem. Arespeito da audiência de custódia e da prisão cautelar, marque a afirmativa incorreta. |
|  | 1 | A apresentação de Jéssica à autoridade judicial competente deve acontecer em até 24 horas da comunicação do flagrante. |
|  | 2 | Antes da audiência de custódia, Jéssica tem o direito de ser atendida prévia e reservadamente por um defensor público, sem a presençade agentes policiais. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 3 | A defesa de Jéssica poderá pleitear a concessão de liberdade provisória com fundamento na ausência de violência ou grave ameaça einexistência de registros criminais. |
|  |  |  |  |  |  |
|  | + | 4 | Na audiência de custódia, Jéssica deverá ser ouvida sobre os fatos e as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão. |

| 16 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Fátima, mulher trans, 19 anos, procurou a Defensoria Pública relatando que deseja alterar seu prenome e gênero em sua documentação. Contudo, ao chegar no Cartório, foi informada que deveria ajuizar uma ação de retificação de registro, pois a alteração extrajudicial somente pode ser realizada nos casos em que há comprovação da cirurgia de readequação sexual. Considerando as informações prestadas, marque a alternativa que indica a orientaçãoa ser prestada para Maria: |
|  | 1 | Maria deve esperar até os 21 anos para solicitar judicialmente a retificação do seu registro. |
| + | 2 | O cartório não pode negar a alteração da retificação extrajudicial de Maria, conforme provimento do CNJ. Cabe assim, oficiar o cartóriosolicitando esclarecimentos e, em caso de recusa, apresentar um Pedido de Providências . |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 3 | Deve ser ajuizada a ação de alteração de registro, uma vez que Maria não realizou a cirurgia de readequação sexual. |
|  | 4 | O cartório não pode negar a alteração da retificação extrajudicial, inclusive de menores de 18 (dezoito) anos. |

| 17 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | O filho de Amanda, Paulo, faleceu em razão da pandemia de COVID-19. Em razão disso, a mesma pretende criar uma fundação em sua memória. Arespeito das fundações, assinale a alternativa incorreta: |
|  | 1 | Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberáao Ministério Público. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2 | Amanda poderá constituir a fundação através da dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina. |
| + | 3 | No momento da constituição da fundação, Amanda deverá obrigatoriamente declarar a maneira de administrá-la. |
|  | 4 | A fundação constituída em memória de Paulo poderá ter como fim a assistência social. |

| 18 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Lucas, pai de Lara (5 anos) e Jade (7 anos), acredita que as vacinas são nocivas para suas filhas e optou por não realizar a imunização das crianças, conforme previsto no calendário nacional de vacional. Após saber que a escola das suas filhas reportou ao Conselho Tutelar que Lara e Jade não foram vacinadas, Lucas procurou a Defensoria Pública para que fosse ajuizada ação alegando o seu direito de não vacinar as filhas. Na situação narrada, aorientação adequada deve ser: |
|  | 1 | É legítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, pois se trata do exercício do seu poder parental. |
|  | 2 | É ilegítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, em que pese não existir previsão da obrigatoriedade em diplomas legai. |
|  | 3 | É legítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, em respeito à sua convicção filosófica. |
| + | 4 | É ilegítima a recusa de Lucas em vacinar as filhas, pois não se caracteriza violação à liberdade de consciência e de convicção filosófica dopai, nem tampouco ao poder familiar. |
|  |  |  |  |  |  |

| 19 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |

| A frase “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” diz respeito ao princípio: |
| --- |
|  | 1 | Impessoalidade |
| + | 2 | Juiz Natural |
|  | 3 | Defensor Natural |
|  | 4 | Legalidade |

| 20 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Marcos pretende comprar uma casa de David. Sobre o contrato de compra e venda, assinale a assertiva correta. |
|  | 1 | A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que Marcos e David registrem o contrato em cartório. |
|  | 2 | É válido o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço. |
| + | 3 | Pelo contrato de compra e venda, David se obrigará a transferir o domínio da casa, e Marcos, a pagar-lhe certo preço em dinheiro. |
|  | 4 | É ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação. |

| **Prova - Graduação (Arquitetura)** |
| --- |

| 1 S | ANULADA |
| --- | --- |
|  | As curvas de nível existentes e projetadas contidas em um projeto de uma indústria a ser aprovado pelo órgão público competente deve estar contido naPlanta de: |
|  | 1 | Edificação |
|  | 2 | Implantação |
|  | 3 | Situação |
|  | 4 | Locação |

| 2 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | A NR 18 preconiza que as instalações sanitárias devem ser constituídas de pelo menos lavatório, vaso sanitário, mictório e chuveiro, em quantidades proporcionais ao número de operários. Para um canteiro de obras em que trabalham 100 colaboradores, assinale a alternativa que indica corretamente aquantidade mínima para dois desses elementos: |
| + | 1 | 5 lavatórios e 10 chuveiros |
|  | 2 | 5 vasos sanitários e 5 chuveiros |
|  | 3 | 10 lavatórios e 5 chuveiros |
|  | 4 | 4 vasos sanitários e 10 lavatórios |

| 3 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | De acordo com a NBR-9050 — Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos — as portas de giro, de correr, sanfonadas ouarticuladas, quando abertas, devem ter um vão livre, de no mínimo: |
|  | 1 | 0,90 m de largura por 2,10 m de altura. |
| + | 2 | 0,80 m de largura por 2,10 m de altura. |
|  | 3 | 1,00 m de largura por 2,10 m de altura. |
|  | 4 | 0,70 m de largura por 2,10 m de altura. |

| 4 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Considerando os croquis de partidos arquitetônicos e construtivos mostrados nas figuras I e II precedentes e a frase “Arquiteto não rabisca, arquiteto risca.”, de Lucio Costa, julgue os itens seguintes, como CERTO( C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta. |





| ( C ) A figura I trata de um partido de níveis com quatro pavimentos mais o térreo em um corte típico, incluindo um destaque da parte atípica das lajes. ( E ) A figura II trata do partido estrutural com o emprego de treliças em uma edificação, com o destaque de um apoio descentralizado e um balanço à direita da imagem |
| --- |
| + | 1 | C,E |
|  | 2 | E,C |
|  | 3 | E,E |
|  | 4 | C,C |

| 5 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Em busca de conferir maior conforto aos usuários, as medidas do corpo humano devem ser consideradas nas edificações. Nesse sentido, considerando opadrão brasileiro, julgue o item subseqüente. Qual deve ser a altura de uma bancada de banheiro e/ou pia de cozinha? |
| + | 1 | 80cm a 90cm |
|  | 2 | 70cm a 80cm |
|  | 3 | 95cm a 100cm |
|  | 4 | 70cm a 75cm |

| 6 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Respeitando a fórmula de Blondel, se uma escada deve vencer o vão de 3,15m e tem 18 degraus, quais poderiam ser as medidas do piso e do espelho,respectivamente? |
|  | 1 | 30cm e 18cm |
| + | 2 | 28cm e 17,5cm |
|  | 3 | 29cm e 18cm |
|  | 4 | 31cm e 17,5cm |

| 7 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Conforme a norma NBR 6492, na fase de anteprojeto, NÃO faz parte do conjunto de conteúdos mínimos necessários da planta de situação: |
|  | 1 | indicação das áreas a serem edificadas. |
| + | 2 | eixos do projeto. |
|  | 3 | indicação do Norte. |
|  | 4 | curvas de nível existentes e projetadas, além de eventual sistema de coordenadas referenciais. |

| 8 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Sobre planta baixa, é INCORRETO afirmar que: |
|  | 1 | mostra a configuração das paredes, a forma e as dimensões dos espaços, as portas e janelas. |
| + | 2 | mostra as divisas legais do lote e a topografia do terreno. |
|  | 3 | o plano de corte horizontal que a origina costuma ser feito a uma altura aproximada de 1,20m a 1,50m acima do piso. |
|  | 4 | serve de base para a execução dos cortes e fachadas. |

| 9 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Julgue os próximos itens, a respeito de sistemas estruturais, CERTO( C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta. ( E ) Entre os diferentes tipos existentes de laje de concreto, as lajes cogumelo se destacam pela hierarquia estrutural.( E ) Um telhado tradicional com telhas-francesas de barro e estrutura de madeira apresenta uma hierarquia estrutural formada por tesouras (hierarquia1), terças (hierarquia 2) e ripas (hierarquia 3); somente a vedação, formada pelas telhas-francesas, está excluída dessa classificação. |
| + | 1 | E,E |
|  | 2 | C,E |
|  | 3 | C,C |
|  | 4 | E,C |

| 10 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Relacione as colunas de acordo com a sua definição de software, e em seguida assinale a alternativa que cuja sequência esteja correta:1. AutoCAD
2. Sketchup
3. Revit
4. 3D Studio Max

( ) Software que oferece suporte multidisciplinar facilitando o trabalho em equipe, melhorando a interação entre uma parte e outra do projeto.( ) Ferramenta bastante intuitiva se comparada com outros softwares do mesmo propósito, permite a criação de maquetes em 3D com detalhes e precisão, facilitando a visualização das etapas do projeto.( ) Software muito utilizado para o desenvolvimento de projetos, pode ser utilizado na criação de desenhos em 2D, entre seus principais recursos está a possibilidade de criar objetos também em 3D e movimenta-los em diversas posições. Permite explorar a parte interna e externa de um objeto.( ) Software utilizado para realizar trabalhos com modelagens 3D, animação, renderização e composição 3D. |
|  | 1 | 2 - 1 - 4 – 3 |
| + | 2 | 3 - 2 - 1 - 4 |
|  | 3 | 1 - 2 - 3 - 4 |
|  | 4 | 2 - 3 - 4 - 1 |

| 11 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Com base no desenho arquitetônico precedente, representativo de uma escada com corrimão, julgue os itens a seguir como CERTO( C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta.( E ) O desenho trata da vista de uma escada que inclui um corrimão duplo. ( E ) A altura do corrimão em relação ao piso do degrau é de 92 cm.( C ) O comprimento do corrimão não está definido no desenho apresentado.( C ) As cotas do desenho estão em metros, em decímetros e em centímetros. |
|  | 1 | E,C,C,E |
|  | 2 | C,E,C,E |
|  | 3 | C,E,C,C |
| + | 4 | E,E,C,C |

| 12 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | A Figura e a Tabela abaixo foram extraídas da NBR 9050. |

| Sabendo-se que i é a inclinação da rampa em porcentagem, h é a altura do desnível, e c, o comprimento da rampa em projeção horizontal, qual deverá ser a medida de c, em m, para atender à referida norma, se h = 70 cm? |
| --- |
| + | 1 | 8,40 |
|  | 2 | 7,35 |
|  | 3 | 0,84 |
|  | 4 | 9,10 |

| 13 S | ANULADA |
| --- | --- |
|  | De acordo com a norma ABNT 9050, que trata de acessibilidade universal, a sinalização tátil e visual no piso deve ser de alerta e direcional. A respeito desse assunto e considerando a figura precedente, julgue os próximos itens como CERTO( C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta.( E ) A sinalização tátil no piso, também denominada podotátil, é necessária para que todos os portadores de necessidades especiais tenham maior conforto.( C ) Os dois tipos de placa de piso para sinalização tátil são: as direcionais, identificadas pelo número 2 na figura em apreço; e as de alerta, identificadas pelo número 1.( C ) Na figura em questão, o “montante fixado na extremidade do corrimão central” não tem função estrutural; sua finalidade restringe-se a alertar o |

| deficiente visual para a existência de um corrimão logo adiante. |
| --- |
|  | 1 | E, C, C |
|  | 2 | C,E,E |
| + | 3 | E,C,C |
|  | 4 | C, C, E |

| 14 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Uma iluminação deficiente ou inadequada no local de trabalho pode prejudicar a saúde física ou psicológica de um trabalhador, afetar seu rendimento e acabar provocando um acidente de trabalho. De acordo com a NBR 5413, a tabela de níveis de iluminação por tipo de ambiente recomenda que, o setorde atendimento ao público de um banco, por exemplo, tenha uma luminância (lux) entre |
|  | 1 | 150 e 250. |
|  | 2 | acima de 1.000. |
|  | 3 | 250 e 500. |
| + | 4 | 300 e 750. |

| 15 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Sabendo que a inclinação da telha é de 30% e que o beiral é de 80cm, qual deverá ser a altura (em centímetro) da cumeeira do telhado abaixo? |
|  | 1 | 210 |
|  | 2 | 126 |
|  | 3 | 150 |
| + | 4 | 186 |

| 16 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | De acordo com a NBR 6492, que trata da representação de projetos de arquitetura, NÃO é um documento típico do Anteprojeto: |
|  | 1 | plantas, cortes e fachadas. |
| + | 2 | estimativa de custo. |
|  | 3 | memorial justificativo, abrangendo aspectos construtivos. |
|  | 4 | documentos para aprovação em órgãos públicos. |

| 17 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Julgue os próximos itens, relativos a atividades técnicas de projeto de arquitetura e engenharia exigíveis para a construção de edificações, como CERTO( C) ou ERRADO (E) e marque a alternativa correta.( E ) Para a aprovação em órgãos oficiais, a planta de locação é parte integrante do projeto básico de arquitetura e deve conter informações completas sobre a localização do terreno.( C ) A etapa de anteprojeto corresponde à fase na qual se deve receber aprovação final do cliente e dos órgãos oficiais envolvidos a fim de possibilitar a contratação da obra.( E ) O estudo preliminar de um projeto antecede o programa de necessidades e constitui a análise de risco, na qual são considerados os elementos técnicos, como os estudos de viabilidade econômico-financeira, viabilidade comercial e viabilidade ambiental.( C ) O programa de necessidades, a ser elaborado pelo arquiteto em conjunto com o cliente, consiste na determinação das exigências de caráterprescritivo a serem satisfeitas pela edificação a ser concebida. |
| + | 1 | E,C,E,C |
|  | 2 | E,C,E,E |
|  | 3 | C,E,C,E |
|  | 4 | C,C,E,C |

| 18 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Em um projeto de acessibilidade, as dimensões mínimas (largura e comprimento) da área para manobra de cadeiras de rodas com deslocamento de180°, devem ser: |
|  | 1 | 1,60 m x 1,80 m. |
| + | 2 | 1,50 m x 1,90 m. |
|  | 3 | 1,60 m x 2,00 m. |

|  | 4 | 1,50 m x 1,80 m. |
| --- | --- | --- |

| 19 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | O correto dimensionamento dos espaços e do mobiliário em edifícios públicos é tarefa importante para assegurar o conforto ergonômico e permitir amobilidade de todas as pessoas. Em relação a esse tema, assinale a alternativa correta: |
| + | 1 | O espaço necessário de rotação para usuários de cadeiras de rodas é de 1,50 m, para um giro completo de 360º. |
|  | 2 | Para o dimensionamento de um estacionamento, deve-se adotar o parâmetro de 15 m² por veículo, procurando minimizar o espaço demanobra e de parada, considerando 30% de vagas para veículos populares. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 3 | O espaço mínimo entre uma mesa de trabalho e outra deve ser de 60 cm, permitindo-se o uso de estações de trabalho para maximizar osespaços de escritórios. |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  | 4 | Em ambientes públicos de grande tráfego de pessoas, as escadas de ligação entre um pavimento devem ter largura mínima de 1,20 mpara facilitar a circulação e evitar congestionamentos. |
|  |  |  |  |  |  |

| 20 S |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | As alternativas a seguir apresentam documentos opcionais e complementares aos documentos gráficos de um projeto executivo arquitetônico, EXCETO: |
|  | 1 | Maquetes construídas em escala ou eletrônicas (interior ou exterior). |
|  | 2 | Fotografias e montagens. |
|  | 3 | Recursos audiovisuais. |
| + | 4 | Elevações de ambientes especiais (áreas molhadas e oficinas). |

**ANEXO II**

**RECURSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS**

**DIREITO GRADUAÇÃO**

| 21358 | Juliana Kelly da Silva Ferreira | INDEFERIDO |
| --- | --- | --- |
| 21267 | Ludmilla Andressa da Silva Barbosa | INDEFERIDO |
| 20651 | Letícia Santos Calixto Oliveira | INDEFERIDO |
| 21620 | Wilson de Carvalho Rosa Filho | DEFERIDO |
| 21090 | Aline Costa Correa | DEFERIDO |
| 20693 | Maendra Barros de Araújo Cruz | PARCIALMENTE DEFERIDO |
| 21382 | Luanna Nogueira Berthier da Silva | DEFERIDO |

**ANEXO III**

**ESPELHO DE CORREÇÃO QUESTÃO DISSERTATIVA**

**DIREITO GRADUAÇÃO**

**Enunciado da questão**: A defesa dos direitos da população LGBT+ consiste em uma das importantes áreas de atuação da Defensoria Pública. Discorra sobre o direito ao nome social e o procedimento de alteração de prenome de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos no Estado do Maranhão.

**Espelho de correção:**

Uso correto do vernáculo, concatenação de ideias, coesão e coerência na escrita.

Direito ao nome social

Contextualização

Legislação aplicável: Convenção Americana de Direitos Humanos (1969), o Protocolo de São Salvador (1988), a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas correlatas de Intolerância, os Princípios de Yogyakarta (Yogyakarta, 2006), Constituição Federal, art. 3º, I, III e IV, Decreto federal nº 8.727/2016, Decreto nº 9.278/2018, Resolução Nº 270 de 11/12/2018)

Procedimento de alteração de prenome de pessoas maiores de 18 (dezoito) anos

Contextualização

Legislação aplicável: Ação Direta de Constitucionalidade 4275, Provimento Nº 73 de 28/06/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Provimento nº 30/2021 da Corregedoria Geral de Justiça